

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: INTENCIONALIDADES E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Vanessa da Rocha Silva Reis¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0009-0003-1502-0629>

Eva Cristina do Carmo Araújo²

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0003-3730-6532>

Tainara da Silva Ferreira³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0001-6205-6817>

Marcia Torres Neri Soares⁴

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0001-5453-7872>

RESUMO

A educação especial é um campo de estudos constituído e entremeado por discussões do reconhecimento da deficiência, e das concepções subjacentes, como centrais para a composição de diálogos no contexto acadêmico e sócio-educacional brasileiros. O presente texto origina-se da inserção das autoras no Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus* XI, Serrinha-BA, mais especificamente no Componente Curricular Educação, Desenvolvimento e Modernidade e de suas contribuições à análise de diferentes objetos de estudo. Objetivou-se discutir produções teóricas acerca de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, à luz do neoliberalismo e suas interferências em contextos de investigação educacionais. Para tanto, com base em metodologia bibliográfica, parte de um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para embasar as discussões atreladas aos objetos de pesquisa das autoras e sua inserção no contexto de análise de interferência neoliberal. Foi possível identificar relevantes contribuições, especialmente se consideradas as condições para a inclusão de estudantes com deficiência no cenário educacional brasileiro. São evidentes as possibilidades de ampliação do estudo, bem como sua inserção no campo teórico e metodológico da educação especial.

Palavras-chave: Ensino Superior; Educação Especial; Políticas Públicas de Inclusão.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA PERSPECTIVA INCLUSIVA: INTENCIONALIDADES Y PERSPECTIVAS EN EL CONTEXTO NEOLIBERAL

RESUMEN

La educación especial es un campo de estudio constituido y entrelazado con debates sobre el reconocimiento de la discapacidad y sus conceptos subyacentes, como elemento central para el desarrollo de diálogos en el contexto académico y socioeducativo brasileño. Este texto surge de la participación de los

¹ Mestranda em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: vanessa_rsreis@hotmail.com

² Mestranda em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: evacristina2110@gmail.com

³ Mestranda em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: thaysilva296@gmail.com

⁴ Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: mtsoares@uneb.br

autores en el Programa de Posgrado en Intervención Educativa y Social (PPGIES) de la Universidad Estatal de Bahía (Uneb), Campus XI, Serrinha, Bahía, específicamente en el Componente Curricular "Educación, Desarrollo y Modernidad", y de sus contribuciones al análisis de diferentes áreas de estudio. El objetivo es discutir las producciones teóricas sobre políticas públicas para la educación especial desde una perspectiva inclusiva, a la luz del neoliberalismo y su interferencia en los contextos de investigación educativa. Para ello, con base en la metodología bibliográfica, se inicia con un estudio de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) para sustentar los debates relacionados con las áreas de investigación de los autores y su inserción en el contexto del análisis de la interferencia neoliberal. Fue posible identificar contribuciones relevantes, especialmente si consideramos las condiciones de inclusión de estudiantes con discapacidad en el escenario educativo brasileño. Las posibilidades de ampliar este estudio e integrarlo en el ámbito teórico y metodológico de la educación especial son evidentes.

Palabras clave: Educación Superior; Educación Especial; Políticas Públicas de Inclusión.

PUBLIC POLICIES FOR SPECIAL EDUCATION FROM AN INCLUSIVE PERSPECTIVE: INTENTIONALITIES AND PERSPECTIVES IN THE NEOLIBERAL CONTEXT

ABSTRACT

Special education is a field of study constituted and intertwined with discussions on the recognition of disability and its underlying concepts, as central to the development of dialogues within the Brazilian academic and socio-educational context. This text originates from the authors' participation in the Graduate Program in Educational and Social Intervention (PPGIES) at the State University of Bahia (Uneb), Campus XI, Serrinha, Bahia, specifically in the Curricular Component "Education, Development, and Modernity," and from their contributions to the analysis of different areas of study. The aim is to discuss theoretical productions on public policies for special education from an inclusive perspective, in light of neoliberalism and its interference in educational research contexts. To this end, based on bibliographic methodology, it begins with a survey of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) to support discussions related to the authors' research areas and their insertion into the context of analyzing neoliberal interference. It was possible to identify relevant contributions, especially if we consider the conditions for the inclusion of students with disabilities in the Brazilian educational scenario. The possibilities for expanding this study and integrating it into the theoretical and methodological field of special education are evident.

Keywords: Higher Education; Special Education; Public Inclusion Policies.

1. INTRODUÇÃO

Como ponto de intersecção destaca-se a vinculação das autoras ao campo de estudos da educação especial e de seu interesse na área como atestam algumas de suas produções (Araújo; Soares, 2021; 2023; Ferreira, Soares, 2021). O modo como perspectivas teóricas iluminam e alargam estudos acerca da inclusão de estudantes com deficiência oportuniza apresentar o manuscrito, cujo objetivo central é discutir produções acerca de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, à luz do neoliberalismo e das suas interferências em contextos de investigação educacional.

A educação especial é um campo de estudos constituído e entremeado por discussões do reconhecimento da deficiência e das concepções subjacentes como centrais para a composição de diálogos no contexto acadêmico e sócio-educacional brasileiros. O estudo é resultante de um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para embasar as discussões atreladas aos objetos de pesquisa das autoras e sua inserção no contexto de análise de interferência neoliberal.

2. DIÁLOGOS COM AS PRODUÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE: INTERSECÇÕES NECESSÁRIAS

Esta seção objetiva apresentar as principais contribuições teóricas do estudo advindas do modo como as autoras adentraram nas discussões estabelecidas no componente curricular. Numa primeira aproximação ao tema, é imprescindível reconhecer um processo histórico de exclusão de pessoas com deficiência, principalmente quando nos referimos ao acesso à educação (Jannuzzi, 2006; Ferreira, Guimarães, 2003). Mesmo após anos de lutas e implementação de políticas públicas voltadas para a educação especial, as exclusões permanecem, sustentadas pelo modelo neoliberal dominante.

Para Borges e Torres (2020), permanece a influência no sistema educacional brasileiro de organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), para a construção de políticas públicas voltadas à educação especial na perspectiva inclusiva. Para fins de entendimento do objetivo desta seção, convém explicitar a educação especial responsável por delimitar ações e estratégias voltadas à inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Utilizamos a expressão estudantes com deficiência como representativa do público aludido, haja vista compartilharem, cotidianamente, um universo histórico de exclusão (Figueira, 2008). Além disso, originariamente, a educação especial se constituiu pela via das instituições especializadas. A perspectiva inclusiva se apresenta como resultado da materialização de tensões (Borges; Torres, 2020) e, portanto, anuncia lutas e embates na organização da proposta no contexto educacional brasileiro.

Outro aspecto importante é o destaque ao arcabouço legal existente (Brasil, 1988; 1996; 2008; 2012; 2015), contudo, mesmo com o apoio dos movimentos sociais, especialistas e de familiares de pessoas com deficiência, as políticas foram e seguem adaptadas ao pensamento neoliberal. Segundo Orlando *et. al* (2025, p. 9), esse modelo configura-se como “[...] uma estratégia de desmonte do Estado de bem-estar social, deslocando a responsabilidade pela oferta de serviços essenciais, como a educação, para o setor privado”. Essa lógica acaba refletindo os interesses das classes dominantes em transformar a educação, com ação precípua de ser direito de todos, em mercadoria, enfraquecendo, assim, a ideia da escola como espaço coletivo, transformador e inclusivo.

Orlando *et al.* (2025) fizeram análise entre 2016 e 2023 e comprovaram a presença do neoliberalismo nas políticas públicas brasileiras como marco de disputas nos âmbitos político, social e econômico, afinal “[...] projetos educacionais são conservadores e aprofundam a privatização da educação” (p. 1). Além disso, as autoras indicam como ideais neoliberais fragilizam o papel social da escola, esvaziando-a de significados pedagógicos relevantes e convertendo-se em espaço de formação útil aos interesses mercantilistas. Essa lógica acaba excluindo os indivíduos com deficiência por não se encaixarem no modelo padrão de estudantes produtivos, aumentando ainda mais as desigualdades e perpetuando exclusões (Orlando *et al.* 2025).

As intencionalidades na produção e manutenção dessas desigualdades, inspiram o (re)pensar do campo teórico da educação especial, nas quais as contribuições de Milton Santos (2000) emergem, por representarem o início de um diálogo importante acerca da percepção crítica da realidade brasileira. Nesse sentido, em sua obra “Por uma outra globalização” o autor nos faz refletir acerca da globalização a partir de três mundos em um só, a saber “[...] o primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (Santos, 2000, p. 9). Embora sem o aprofundamento idealizado, apresentamos reflexões advindas das aproximações iniciais com as proposições de Santos (2000) e paralelos com os três mundos, como doravante discutido.

No campo educacional, (i) a ideia de fábula pode se relacionar com a educação inclusiva, sob a perspectiva de confronto ao garantido nos documentos oficiais e as condições de implementação da proposta de inclusão de estudantes com deficiência no cenário brasileiro. Do ponto de vista legal, os documentos oficiais garantem o direito de todos à educação, compreendido além das condições de acesso pela permanência no ambiente educacional, com aprendizagem e sucesso escolar independentemente das especificidades dos estudantes. Contudo, na prática, o aporte legal não se concretiza completamente, pois na garantia dos direitos, dentre outros fatores, faltam recursos, acessibilidade, profissionais preparados e mais investimentos para superar barreiras atitudinais. Especificamente sobre a formação docente, são evidentes as fragilidades em investimentos para apoiar os professores das classes comuns de ensino, conforme denunciam Borges e Torres (2020):

Nesse sentido, dentre as tensões para alcançar o sucesso desses estudantes, destacam-se as queixas do professor regente das diversas áreas do conhecimento do currículo da educação básica, diante da crescente demanda de matrículas de alunos do PAEE na escola comum. Tais queixas evidenciam a precariedade da formação dos profissionais em atender essa demanda, reflexo de uma escassa política de formação de professores no contexto da Educação Especial no Brasil (p. 156).

Há, portanto, divergência entre o posto em lei e o assegurado aos estudantes com deficiência nas relações práticas cotidianas, evidenciando a inclusão, nos moldes aqui discutidos, como uma fábula.

Ao versar acerca (ii) da globalização como perversidade, Santos (2000) oportuniza entender a perspectiva de exclusão de estudantes com deficiência, pois as políticas públicas voltadas para educação são orientadas e/ou reformuladas sob interesses do mercado, nas quais se prioriza o indivíduo produtivo e se exclui os que não se encaixam no padrão competitivo. Desse modo, Santos (2000) asseverou:

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (p. 19).

O autor faz uma crítica ao modelo neoliberal de desresponsabilização do estado na assunção de suas funções para/na garantia de direitos sociais, neste caso, a educação, e a transferência para lógica do mercado perversa, competitiva e excludente. Conforme discutem Orlando *et al.* (2025), mecanismos legais como a aprovação da emenda constitucional n. 95/2016, responsável por definir o teto de gastos públicos, impactou principalmente a duas modalidades da educação: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial e Inclusiva. Essas mudanças são uma estratégia para transferir a oferta de serviços essenciais do Estado, para o setor privado.

Diante destas disputas econômicas, as instituições privadas de direcionamento da educação especial no Brasil, promovem a educação inclusiva como uma solução para “todos os problemas da educação”, apresentando-a como uma alternativa mais econômica para o Estado. No entanto, esse tipo de estratégia não considera a precarização do trabalho docente, a falta de estrutura e de material escolar. Descentraliza-se a responsabilidade estatal para o discurso da “educação inclusiva” como suficiente para consecução de uma educação de qualidade, todavia não se acompanha a implementação para garantia plena dos direitos dos estudantes.



Discutir o combate às desigualdades criadas pela globalização perversa encaminha-nos a refletir sobre como “[...] podemos pensar a construção de um novo mundo, mediante uma globalização mais humana.” (Santos, 2000, p. 10). Identificamos, portanto, a superação do fatalismo nas ideias de Santos (2000) ao propor (iii) uma outra globalização, sustentada na solidariedade e na justiça social, na qual grupos minoritários tenham as mesmas oportunidades a uma educação de qualidade, o acesso aos seus direitos, dentre outros aspectos para combater a desigualdade social presente no mundo.

O combate às desigualdades e discriminação às pessoas com deficiência, atrevemo-nos a dizer, deve ser conteúdo diário de estudiosos e interessados na educação, porque inconteste é tarefa de todos os comprometidos com processos de escolarização de quaisquer estudantes. Condições de trabalho, formação docente, abordagens multidisciplinares para o apoio à inclusão, dentre outros aspectos, devem, portanto, pautar as lutas pela concretização dos mecanismos legais vigentes.

A discussão acerca de outro modelo de globalização e as reflexões advindas desta seção despertam nosso interesse por compreender como a educação especial é interpretada à luz do neoliberalismo, tendo em vista as produções teóricas brasileiras. Assim, a próxima seção objetiva apresentar esta discussão, com base nos procedimentos metodológicos adotados.

3. ADENSANDO AS DISCUSSÕES À LUZ DO LEVANTAMENTO NA BDTD: CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa de levantamento bibliográfico, que, conforme Gil (2021) permite realizar análise de material já conhecido, tais como teses e dissertações e relatórios de investigações científicas, a partir do uso da BDTD por oferecer um vasto acervo de produções intelectuais. Como linha temporal, utilizamos os últimos cinco anos, tendo em vista a assinatura do decreto nº 10.505/2020 da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, durante o governo Michel Temer (Brasil, 2020). Embora revogado na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, mediante o decreto nº 11.370/2023 (Brasil, 2023).

Para identificação dos trabalhos sobre políticas públicas de educação especial foram utilizados os descritores: educação especial; inclusão; deficiência e neoliberalismo, sendo localizados 18 estudos. Inicialmente foi realizada uma leitura do título, palavras-

chave e resumo. Em seguida, ao identificar a relação do trabalho com o objeto de estudo, realizamos sua leitura completa e detectamos nove estudos relacionados aos descritores: educação especial, inclusão ou deficiência, mas sem relação com o tema de nosso interesse. Dois trabalhos foram embargados pelas autoras, pois, embora relacionados ao tema de interesse deste estudo, não tiveram seus textos analisados face ao impedimento informado no próprio *site* da BDTD. Dos 18 estudos, seis (33,3%) relacionaram-se aos descritores, coadunando-se com o tema do artigo, conforme explicitado no quadro abaixo.

TÍTULO/AUTOR(A)/TIPO/ ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONTRIBUIÇÕES
Educação Especial, Educação Infantil, Perspectivas da Inclusão: Reflexões e possibilidades Autora: Elisangela Mitiko Higa Kubota Maekawa Ano 2023 Dissertação	Analisar a complexidade da inclusão escolar tentando compreender os motivos que impedem a efetivação dos discursos que circundam a inclusão escolar no contexto da educação infantil.	Inspirada em um projeto foucaultiano, cujos métodos usados foram definidos de acordo com o objetivo e andamento da pesquisa.	A investigação baseou-se nos estudos de M. Foucault e desconstruiu verdades estabelecidas, buscando refletir como o poder opera nas práticas educativas. A inclusão escolar muitas vezes idealizadora está imersa em estratégias para manter a ordem social.
Lei brasileira de inclusão: a (des)configuração dos profissionais de apoio escolar nas políticas de educação especial Autora: Flávia Junqueira da Silva Ano 2024 Tese	Analisar como os enunciados da LBI se desdobram sobre as políticas de educação especial e o serviço dos Profissionais de Apoio Escolar, de 2016 a 2022, na perspectiva do Estado neoliberal, em secretarias municipais de educação.	Metodologia de cunho qualitativo, analítica-documental. Caracterizou-se como pesquisa pós-crítica, com fundamentação teórica na análise de discurso de M. Foucault, na vertente do método genealógico.	Documentos do serviço de Profissionais de Apoio Escolar apresentam influência do discurso neoliberal, sobretudo nos aspectos que remetem à eficiência e eficácia para a rede de educação básica dos municípios: um profissional realiza a função de dois. Há precarização da docência.
Os conceitos de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: aspectos históricos e a Educação Especial Brasileira Autora: Eunice R. Parada Ano 2021 Dissertação	Compreender os conceitos de Educação ao Longo da Vida e Aprendizagem ao Longo da Vida, seus aspectos históricos e sua significação a partir da legislação brasileira sobre Educação Especial.	Pesquisa exploratória, qualitativa realizada por meio de estudo documental e bibliográfico, baseado na Teoria Histórico-Cultural.	O estudo evidencia que os conceitos Educação ao Longo da Vida e Aprendizagem ao longo da Vida aparecem num momento de transformações provocadas pela globalização e aceleração das TIC, ressignificados por concepções neoliberais de sociedade, estado e educação.
A Política de Educação Especial em Venda Nova do Imigrante (ES) na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades Ano 2024 Autora: Cinthia do Carmo Gonçalves Dissertação	Desvelar e problematizar o processo de implementação das políticas públicas de educação especial em uma escola do município de Venda Nova do Imigrante (ES).	A pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. Para coleta de dados foi usado o levantamento bibliográfico, consulta documental e entrevista semiestruturada.	Há um esforço para estabelecer educação inclusiva, porém há ausência de comunicação intersetorial e influência do neoliberalismo nos documentos municipais. É preciso promover formação continuada, melhorar a articulação intersetorial e a autonomia das escolas.
Retratos da vida danificada: contexto, cultura: e cotidiano na trajetória escolar de pessoas com deficiência. Ano 2022 Autora: Carolina Miguel Tese	Compreender como tem se dado a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, com base nas políticas públicas educacionais implementadas no Brasil nos últimos 25 anos.	A metodologia baseou-se na dialética negativa como método de análise, fundamentada na Teoria Crítica de Frankfurt. A investigação teve caráter qualitativo e empírico.	A educação inclusiva é marcada por estereótipos e pela lógica neoliberal, que invisibiliza e marginaliza pessoas com deficiência. Houve retrocessos e fortalecimento de discursos segregadores. A educação deve emancipar os aprendizes, capacitando-os a enfrentar a exclusão social.

Ensino de Ciências: o Processo de Ensino-Aprendizagem de alunos Surdos a Poluição dos Igarapés da cidade de Manaus. Ano 2020 Autora: Carla Andréa Sampaio Mendonça Dissertação	Analisar o ensino e a construção de conhecimento de alunos Surdos a respeito da poluição dos igarapés da cidade de Manaus a fim de obter subsídios para a elaboração de uma sequência didática capaz de otimizar as qualidades educativas desses alunos, através da linguagem científica em Libras.	A pesquisa tem abordagem qualitativa e como técnica de coleta de dados entrevistas estruturadas e semi-estruturadas realizadas com o professor e a observação participante. A autora utilizou o método de abordagem dialética.	Os discursos e concepções dos professores sobre ensino de ciências e educação ambiental influenciam diretamente suas práticas pedagógicas. Apesar de avanços legais no reconhecimento da Libras, ainda persistem problemas que precarizam o trabalho, como a falta de material e formação docente adequados, provindos da lógica neoliberal.
---	---	--	--

Fonte: os autores.

Os estudos analisados trazem contribuições significativas para compreender o impacto do neoliberalismo nas políticas e práticas educacionais brasileiras, especialmente no campo da educação especial e inclusiva. De maneira geral evidenciam, mesmo diante dos avanços em relação à educação inclusiva, forte condicionamento de uma lógica econômica de priorização da eficiência e redução de custos, em detrimento da qualidade da educação. Revelam a prevalência do neoliberalismo tanto na formulação de leis quanto na organização dos serviços, como no caso da precarização do trabalho docente, quando o professor é orientado por critérios de produtividade e documentos curriculares condicionantes de sua prática nos pressupostos do mercado capitalista.

Frente aos aspectos elucidados, é possível ponderar sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência, no Brasil, embora representada por significativos avanços, ainda relacionar-se a uma contradição política e estrutural. O neoliberalismo, ao influenciar discursos, legislações e práticas, não apenas limita o alcance das políticas inclusivas, mas também reforça estereótipos, marginalização e exclusão. As pesquisas, portanto, defendem a necessidade de uma educação humanizada, emancipatória e articulada com a realidade, sendo necessário repensar a inclusão como processo de lutas e garantia de direitos para as pessoas com deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar realidade a educação especial na perspectiva inclusiva, ainda é um grande desafio nos dias atuais. Mesmo com as legislações acerca dos direitos das pessoas com deficiência, vivemos numa sociedade de obliteração de direitos. Permanecem diversos desafios e dificuldades no espaço escolar para se concretizar a inclusão desses indivíduos.



Ao retornarmos ao objetivo de discutir produções teóricas acerca de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva à luz do neoliberalismo e suas interferências em contextos de investigação educacionais, evidenciamos um cenário de lutas de poder. O acesso materializado por meio da matrícula de estudantes com deficiência é um passo importante, porém requer condições para garantir a sua permanência e êxito educacional. Com base no estudo realizado, portanto, a inclusão é um processo árduo, travestido de uma trajetória de lutas, desafios e conquistas.

Outro ponto relevante para a discussão está relacionado à ideia da educação como responsável pelo processo de inclusão, como se as escolas fossem suficientes para essa inclusão. A sociedade como um todo precisa compreender e enxergar esses indivíduos como cidadãos de direitos, assim como qualquer outra pessoa. As contribuições de Milton Santos (2000) partem da defesa de uma educação emancipatória, voltada para a construção de uma cidadania por meio da presença ativa dos sujeitos, com seus direitos garantidos. Considera-se também a valorização da realidade dos estudantes como ponto de partida para a transformação social, uma educação de estímulo ao pensamento crítico do sujeito, cuja centralidade está no reconhecimento da diversidade para/no combate à exclusão.

A analogia, inspirada nas contribuições de Santos (2000) e realizada na segunda seção deste texto, indica a possibilidade de pensarmos em outra globalização. Adiantamos ser esta uma aspiração constituída por muitas lutas, haja vista as intencionalidades postas pelo neoliberalismo na construção embrionária da educação especial no Brasil. A perspectiva inclusiva é entremeada por fins mercadológicos e, embora reconhecidos seus objetivos, subjaz análises no campo das políticas públicas e formas de remodelamento de suas principais intencionalidades conforme características dos estudos realizados.

O estudo realçou a relevância de desenvolver e ampliar estudos sobre a temática, pois o combate à exclusão não se constitui fora da sociedade e das relações construídas. Superar a inclusão como fábula subjaz reconhecer a perversidade das práticas excludentes e o esforço contínuo para valorização das diferenças em nossas práticas cotidianas. É possível identificar relevantes contribuições, especialmente se consideradas as condições para a inclusão de estudantes com deficiência no cenário educacional brasileiro. São evidentes as possibilidades de ampliação do estudo, bem como sua inserção no campo teórico e metodológico da educação especial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. C. do C.; SOARES, M. T. N. O Currículo Escolar (des)velado no campo da Educação Especial: reflexões para o ensino em turmas comuns. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e24440, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24440>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ARAÚJO, E. C. do C.; SOARES, M. T. N. Expectativas familiares sobre a inclusão de estudantes com deficiência: Interfaces com o currículo escolar. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 9, p. e5212943240, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/43240>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BORGES, A. A. P.; TORRES, J. P. Educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil: análise da influência internacional no contexto local. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 119-139, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/60357>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 12 jul. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 15 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em 20 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em 20 jul. 2025.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA; T. da S.; SOARES, M. T. N. Uma discussão teórica acerca do currículo e deficiência: implicações para concepções e práticas de ensino. **Research, Society and Development**, [S. l.],

v. 10, n. 5, p. e28910515041, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/15041>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GONÇALVES, C. do C. **A política de Educação Especial de Venda Nova do Imigrante – Es no contexto da educação infantil**: Desafios e Possibilidades. 2024. 266f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores – Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/db9eb28f-8051-4bf1-8423-8c3c848c634b>. Acesso em 13 ago. 2025.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).

MAEKAWA, E. M. H. K. **Educação Especial, Educação Infantil, perspectivas da inclusão**: reflexões e possibilidades. 2023. 123f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5692>. Acesso em 13 ago.2025.

MELO, L. C. B de. **A nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**: dilemas e perspectivas nas políticas de inclusão na rede federal de ensino. 2023. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9790>. Acesso em 13 ago. 2025.

MENDONÇA, C. A. S. **Ensino de Ciências**: o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos a poluição dos igarapés da cidade de Manaus. 2020. 194f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/items/ae7080bc-90ed-49aa-86b2-dfc28e5a990e>. Acesso em 13 ago. 2025.

MIGUEL, C. M. **Retratos da vida danificada**: contexto, cultura e cotidiano na trajetória escolar de pessoas com deficiência. 192 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3065>. Acesso em 12 ago. 2025.

ORLANDO, R. M. *et al.* Política de educação especial no Brasil: disputas e conservadorismo. **Cadernos CEDES**, v. 45, 2025. DOI: 10.1590/CC292722. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/YzcgfkhqkZQmxk6krkZp7KM/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

PARADA, E. R. V. **Os conceitos de educação e aprendizagem ao longo da vida**: aspectos históricos e a educação especial brasileira. 162f. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5485>. Acesso em 13 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15ª ed – Rio de Janeiro: Record, 2018.

SCANTBERLRUY, I. C. **O atendimento educacional especializado para estudantes surdos e deficientes auditivos na Rede Municipal de Ensino de Manaus-AM**. 2022. 301 f. Tese

(Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9382>. Acesso em 12 ago. 2025.

SILVA, F. J. da. **Lei Brasileira de Inclusão**: A (des)configuração dos profissionais de apoio escolar nas políticas de Educação Especial. 366 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42000>. Acesso em 13 ago. 2025.